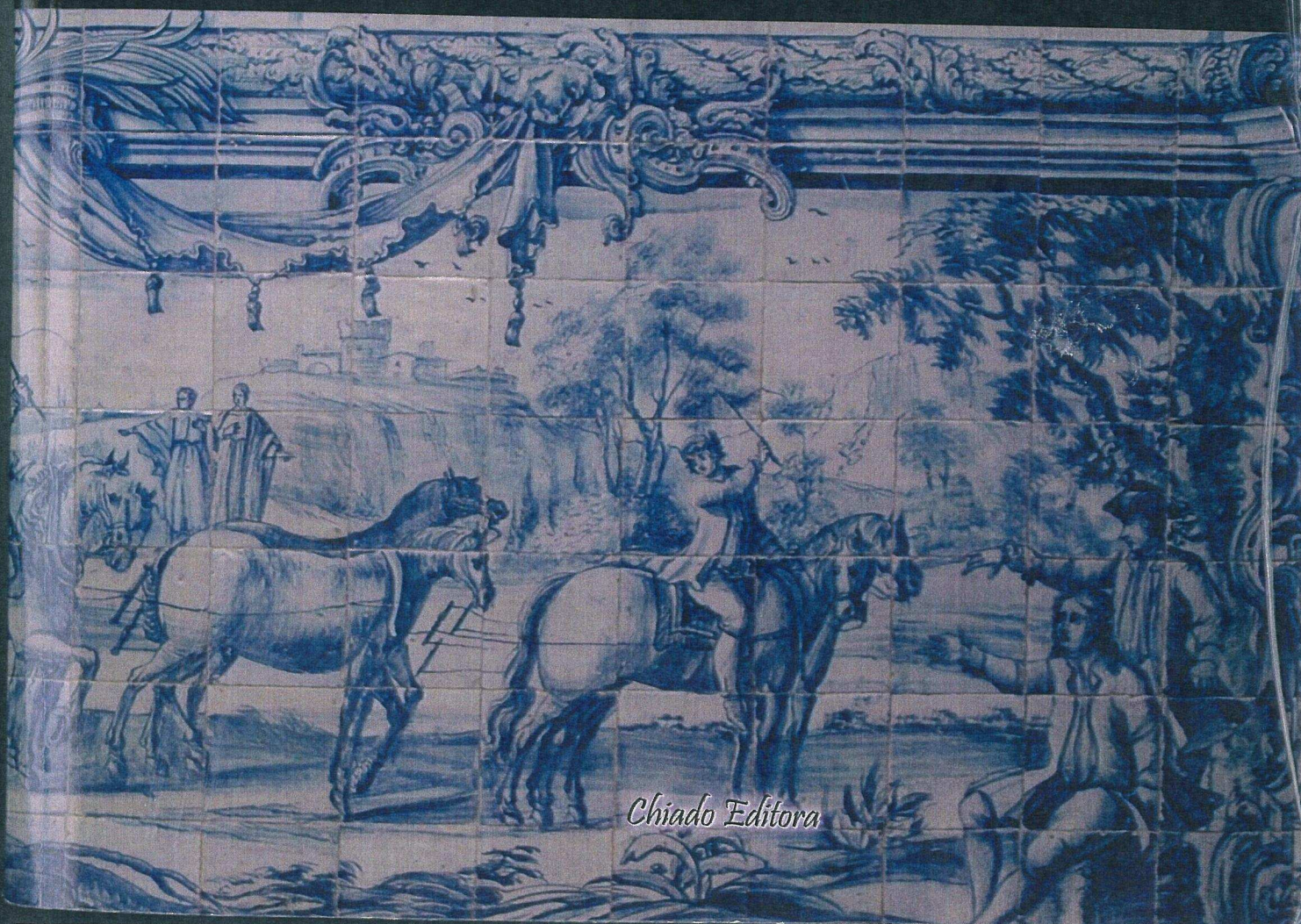


UNIVERSIDADE DE ÉVORA (1559-2009)

450 ANOS DE MODERNIDADE EDUCATIVA

Coordenação de Sara Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz



CAPÍTULO XII

**DO HOSPITAL DOS ESTUDANTES À ENFERMARIA REAL:
VICISSITUDES DE UM PROJECTO HOSPITALAR EM TEMPOS
DE REFORMA DAS PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTÊNCIA**

Laurinda Abreu¹
Rute Pardal²

A propósito do plano de construção de um hospital para os estudantes e sacerdotes pobres da Universidade de Évora e dos seus colégios, elaborado pelo cardeal D. Henrique, e da versão que o projecto veio a assumir – uma enfermaria sob a designação de Nossa Senhora da Piedade –, teceremos algumas considerações sobre a intervenção social daquele prelado e da do arcebispo que lhe sucedeu em Dezembro de 1578, D. Teotónio de Bragança. Não é, todavia, a praxis caritativa destes antístites que estará em destaque neste texto, praxis que de resto se integra no seu múnus pastoral, como bem referem José Pedro Paiva e Amélia Polónia (Paiva, 2004: 167-196), (Polónia, 2004: 135-154)³, mas antes a sua acção assistencial sob os pressupostos disciplinadores, formadores e educativos da Europa pós-tridentina, no contexto do emergente Estado Moderno. Uma análise que terá de ser breve pelas limitações de espaço e que está irremediavelmente condicionada pela não existência de espólio documental relativo ao designado *Hospital dos Estudantes*.

A assistência hospitalar aos estudantes e sacerdotes pobres: questões factuais

Quando em 1551 D. João III atribuiu o governo do Hospital do Espírito Santo de Évora ao arcebispo, o cardeal D. Henrique, Portugal não tinha ainda estabilizado o modelo de administração dos hospitais. A experiência dos cônegos seculares de S. João Evangelista como responsáveis por alguns dos mais importantes hospitais do país, como era o caso do de Évora, revelava já fortes indícios de não ser o mais eficaz face às exigências impostas pelas novas condições sociais e políticas. A transferência do Hospital de Todos os Santos

¹ Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de História da Universidade de Évora/CIDEHUS/UE.

² Bolseira de Doutoramento da FCT. CIDEHUS/UE.

³ Sobre esta temática, e para além dos citados, autores veja-se ainda o texto de Maria Marta Lobo de Araújo em Araújo, 2004: 239-259.

– também sob a responsabilidade dos Lóios – para a tutela da Misericórdia de Lisboa, em 1564, ainda que não tenha marcado a entrada das misericórdias na administração hospitalar, determinou o momento em que essa transferência ganhou dimensão nacional e passou a ser conduzida de forma sistemática. Em 10 de Março de 1567, e a partir das condições contratuais estabelecidas para a Misericórdia de Lisboa, a Misericórdia de Évora recebia o Hospital do Espírito Santo e em 8 de Outubro do mesmo ano o cardeal D. Henrique entregava-lhe o Hospital de S. Lázaro, destinado à assistência aos leprosos.

A mais importante providência administrativa tomada pelo cardeal-infante enquanto responsável pelo hospital de Évora foi a que o obrigava a um tratamento *médico* diferenciado dos estudantes e sacerdotes pobres. A informação chega-nos, de forma indirecta, pelos Estatutos da Universidade de Évora de 1559. Segundo o capítulo 7 do livro 4º, bastava aos estudantes uma certidão passada pelo reitor, confirmando a precariedade da sua situação económica, e outra do médico do hospital, atestando a sua condição de doentes, para que o provedor do “hospital da cidade” fosse obrigado a assisti-los ao domicílio, no caso de a doença não justificar o internamento, ou em instalações próprias dentro do hospital, quando fossem hospitalizados. A importância que D. Henrique atribuía ao assunto era expressa na forma como institucionalizava a assistência hospitalar a este grupo, seguindo procedimentos idênticos aos que então vigoravam nas misericórdias para a recolha de informação sobre doentes, baseados, neste caso, na nomeação mensal de capelães a quem competiria averiguar se havia estudantes pobres enfermos na cidade, visitando-os e informando o reitor sobre a sua situação para que este pudesse tomar as providências necessárias, ou seja, ordenar o internamento ou a cura domiciliária⁴.

A referência às dificuldades do Hospital do Espírito Santo em respeitar semelhante encargo surge em 13 de Maio de 1560, na carta de resposta do cardeal D. Henrique a Gomes Pires, o cónego da Sé de Évora que nomeara como imediato responsável pelo hospital, onde o prelado manifesta compreensão pelos argumentos apresentados pelo cónego, que apenas se comprometia a “acudir aos que se curarem no espirital conforme ao que a possibilidade d’elle abranger”⁵. É provável que a substituição de Gomes Pires por Luís Álvares de Azevedo à frente dos destinos do hospital, que ocorreu em 13 de Abril de 1562 (Gabriel Pereira, 1998:404), tenha estado mais relacionada com o envolvimento de Gomes Pires num projecto pessoal para “converter mulheres desamparadas”⁶, que contou com o apoio do cardeal

⁴ Cf. *Statutos ordenados por ho illustrissimo e muito exçelente, príncipe e serenissimo señor dom Anrique...*, Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), V, 2ª E, 5, 3, 2; 3 e 4, fls. 63-64. Agradecemos à Professora Doutora Maria Margarida Sobral Neto a disponibilidade para confirmar o texto dos estatutos custodiados no Arquivo da Universidade de Coimbra.

⁵ “Inconvenientes [encontrados por Gomes Pires] que pode haver pêra se nom poder cumprir a provisão del-rei”. Cf. Gabriel Pereira, 1998: 402-403.

D. Henrique, do que com a incapacidade em proporcionar aos estudantes um acolhimento diferenciado no Hospital do Espírito Santo. Os problemas económicos e administrativos porque então passava o hospital de Évora não seriam substancialmente diferentes dos que se verificavam nos hospitais seus congéneres, razão pela qual a Coroa os entregou às misericórdias. Em Évora, o processo de transferência dos dois hospitais para a confraria ocorreu pouco antes da confirmação dos estatutos da universidade, de 28 de Novembro de 1567, que nada alteravam ao articulado do texto de 1559 no que respeitava às obrigações do Hospital do Espírito Santo para com os estudantes e sacerdotes pobres⁷. Um facto que poderá indiciar que o cardeal considerava que a nova administração do hospital teria melhores condições económicas do que a anterior, sob a sua direcção.

Ainda que não haja notícias sobre a forma como a misericórdia tratou dos estudantes, testemunhos coevos dão conta das dificuldades da confraria, expressas, por exemplo, na tentativa de restringir o auxílio aos presos pobres uma vez que os gastos hospitalares deixavam pouca margem de manobra para o exercício de outras funções assistenciais. A confrontação destas declarações com a análise dos registos de entrada de doentes no Hospital do Espírito Santo confirma um crescimento assinalável do número dos pacientes, numa média anual de 190 a 200 internamentos até 1567, para disparar, a partir daí e até finais do século, para mais de 500 doentes por ano. É também neste período (concretamente entre 1567 e 1600) que se assinala uma maior presença de estudantes no Hospital do Espírito Santo, num máximo de 29 registados em 1590 (de um total de 635 doentes): um reduzido número, apesar de tudo, que todavia não pode ser assumido como valor absoluto já que nesta altura é diminuta a percentagem dos pacientes cuja ocupação foi identificada.

Para além do crescente aumento do número dos doentes hospitalizados, o hospital registava ainda carência de recursos profissionais especializados e instalações apropriadas, este último um assunto em discussão na misericórdia desde que tomara posse do hospital,

⁶ Em 1562, Gomes Pires adquire a igreja de Santa Marta às freiras de Santa Catarina para lá fundar o seu recolhimento de “mulheres desamparadas”. Cf. Arquivo Distrital de Évora (ADE), *Fundo de notariais de Évora*, livro nº 1087, fls. 119-122. Um projecto problemático, conforme a carta que em 2 de Setembro de 1568 o rei enviava a Gomes Pires e Luís de Mello, mestre-escola, que se associara ao cónego no financiamento do Recolhimento de Santa Marta, autorização para prenderem as convertidas que saíssem da “Casa das Convertidas” e fossem encontradas na cidade. Cf. Gabriel Pereira, 1998: 469-470.

⁷ As pequenas diferenças registadas são de carácter gramatical e ausência de palavras. Nos novos estatutos de 1559 não consta a expressão “de se enformarem”, na frase: “E pera isto melhor se effectuar, o Reitor da uniuersidade elegera cada mes por sua ordem dous capellães dos vinte quatro que ouuem Theologia, e Artes, e dos vinte oito que ouuem çãos de consciência, hum dos quais sera theologo, e outro dos casos que terão especial cuidado de se enformarem se ha na cidade estudantes enfermos pobres, e achando que os ha, os uisitarão, e farão saber ao Reitor pera que os faça recolher no dito hospital, ou curar em sua casa, como dito he, e alem disto, o dito Reitor prouera de mandar ajudar e consolar, e ajudar os ditos doentes, conforme as constituições da companhia”. Cf. *Estatutos ordenados Polo Mui alto e excelente príncipe, e serenissimo Senhor dom Anrique...*, parte IV, cap. 7, Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cod. CXIV/2-31.

embora a construção de uma nova enfermaria só se tivesse concretizado em 1596 (Gusmão, 1969: 343-354), (Pardal, 2007: 74-76)⁸. Condicionaisismos vários que terão contribuído para a decisão do cardeal D. Henrique de construir “huma enfermaria para se curarem os ditos colegiais pobres da dita Vuniversidade junto deles na parte onde melhor poder ficar”. Para isso solicitou autorização ao Papa entre os finais de 1572 e o início de 1573, conjuntamente com a formulação do pedido de fundação de quatro colégios universitários, conforme documento citado por Joaquim Chorão Lavajo (Lavajo, 1994/1995: 237-238)⁹.

Do Colégio da Purificação ao Hospital dos Estudantes e à Enfermaria Real

Enredada no labiríntico processo que rodeou a construção e o financiamento do Colégio da Purificação, o único que foi construído dos quatro inicialmente planeados pelo cardeal D. Henrique, e consentidos pelo Papa Gregório XIII em 1576¹⁰, a primeira alusão a um hospital destinado a colegiais e estudantes pobres surge em 20 de Maio de 1578, decorrido quase um ano sobre o início das obras da Purificação (Lavajo, 1994/1995: 238). Menciona-o a carta pela qual o cardeal anunciava a anulação do desmembramento de 1 500 cruzados dos 2 000 que tinham sido autorizados para as obras do Colégio do Espírito Santo¹¹, pertencentes às rendas do cabido e mesa capitular, que o cardeal quisera juntar à pensão vitalícia de um conto de réis provenientes dos rendimentos que o arcebispado tinha destinado “pera despesa do santo officio da inquisição desta cidade”¹², e que agora conheciam outro destino.

No cerne da decisão de Maio de 1578 estariam conflitos decorrentes da gestão das receitas do arcebispado e cabido por parte cardeal D. Henrique, o que aliás já tinha acontecido em outros locais onde exercera a sua prelatura (Costa, 1968: 3-6)¹³, acrescidos em Évora pela liberalidade demonstrada para com a Companhia de Jesus, a quem o Colégio do Espírito Santo tinha sido entregue. É pelo menos o que se deduz da carta acima referida, que substitui os 1 500 cruzados do cabido por idêntica quantia que a mesa arcebispal recebia

⁸ Nova enfermaria que vinha sendo projectada desde 1591, quando a Mesa da misericórdia propôs a sua construção com base na doação de D. Diogo de Castro, Conde de Basto. No ano seguinte, o rei confirmaria todos os capítulos excepto o que dizia respeito a esta enfermaria.

⁹ Remetendo para Rodrigues, 1931: 552.

¹⁰ *Statutos do Collegio da Purificação* [cópia feita pelo notário apostólico em 19 de Janeiro de 1610], BPE, Cod. CLXIX/1-30, fl. 1.

¹¹ Em carta de 20 de Maio do mesmo ano de 1578. Arquivo do Cabido de Évora (ACE), EE 20N.

¹² Por carta de 15 de Janeiro de 1578 dirigida a Diogo Carneiro, fidalgo da Casa do cardeal D. Henrique e recebedor das rendas do arcebispado de Évora, o arcebispo informa-o de que o Papa o tinha autorizado a utilizar naquilo que lhe aprouvesse a pensão de um conto de réis que tinha nas rendas do arcebispado “pera despesa do santo officio da inquisição desta cidade”, ordenando-lhe que “deis o dito conto de reis pera as obras do colégio do espirito santo desta cidade”. (ACE, EE 20 L).

¹³ Como foi o caso de Lisboa e Braga.

das rendas de Estremoz, (“comumente huns annos por outros uale mil e quinhentos cruzados”). Associava-lhe o cardeal as “rendas das capellas, e collegios de São João Baptista e de uera cruz que autoritate apostólica na ditta uniuersidade estauão erectas e instituídas com certas Rendas a ellas unidas as quais em cada hum anno valem mil e sete centos cruzados pouco mais ou menos”¹⁴, valores agora endereçados não directamente para o Colégio do Espírito Santo mas para os seus colégios e hospital.

Se este processo estava concluído em Maio de 1578, quando os estatutos do Colégio da Purificação foram assinados em 29 de Julho de 1579¹⁵, nada neles fazia prever a agregação de um hospital no mesmo espaço. O capítulo 10 da 4ª parte desses mesmos estatutos referia apenas que quando algum colegial adoecesse “no collegio se tome cuidado da cura delle, e pera isso o vice reitor dara logo auiso ao reitor da uniuersidade o qual o mandara logo ver pello medico hachando que conuem passallo e curarse na enfermaria o mandara curar nella”. E, todavia, o processo já estava em curso. A ausência daquela informação nos estatutos compreende-se pelo facto destes ainda não integrarem o conteúdo da bula de 13 de Junho de 1579, documento que ainda se encontrava em trânsito de Roma para Portugal, se tomarmos como certa a explicação temporal apresentada pelo padre Manuel do Vale, realizada em 1611.¹⁶

A bula de 13 de Junho de 1579¹⁷ é de facto o documento chave de todo este confuso processo não só porque faz a genealogia dos avanços e recuos do cardeal D. Henrique enquanto gestor das rendas do arcebispado, mas também porque clarifica a sua última decisão quanto à distribuição das verbas em jogo, ou seja, as rendas do cabido, do arcebispado e de parte do seu património pessoal. Por outro lado, é à luz desta bula, e não dos estatutos da Purificação, que se explica a provisão que D. Henrique faz escrever em Almeirim, dois dias antes da sua morte, em 29 de Janeiro de 1580¹⁸, determinando a aplicação às obras do Colégio da Purificação, até à sua conclusão, dos 2 500 cruzados anuais que o Papa tinha dedicado à sustentação dos colegiais, bem como dos 750 cruzados que estavam destinados aos gastos com a enfermaria do hospital. O objectivo era, naturalmente, acelerar a construção do dito colégio¹⁹.

¹⁴ACE, EE 20 N.

¹⁵Consulte-se o traslado dos estatutos do Colégio de Nossa Senhora da Purificação, realizado pelo notário apostólico em 19 de Janeiro de 1610, em: BPE, Cod. CLXIX/1-30.

¹⁶Assim argumentava Manuel do Vale “(...) pro quo etia facit que a dita bulla da união foi passada em Roma die 13 junii anni 1579 e os estatutos do collegio da purificação acabarão de se escreuer a 29 de Julho do mesmo anno como consta do fim dos mesmos estatutos, que foi mes e meio depois, o qual tempo era necessario pera vir a mesma bulla da união de Roma a portugal : por onde se ue que não forão feitos aqueles estatutos por uirtude de tal bulla”. BPE, Cod. CLXIX/1-30, nº 2, fl. 14.

¹⁷Agradecemos ao Senhor Professor, Cônego Joaquim Chorão Lavajo a disponibilidade que teve para ler a bula de 13 de Junho de 1579, ajudando-nos a melhor compreender a distribuição das rendas que então foi realizada.

¹⁸*Estatutos ordenados Polo Mui alto e excellente príncipe, e serenissimo Senhor dom Anrique...*, BPE Cod. CXIV/2-31, fls 135-137. Vide ainda as cópias dos estatutos da Universidade de Évora em: Arquívum Romanum, Fondo Ges 1408.

Morto o cardeal-rei D. Henrique, logo a Companhia de Jesus procurou alterar os seus planos quanto ao Colégio da Purificação e localização do hospital, este projectado pelo prelado para os terrenos que adquirira ao Conde de Tentúgal (Gabriel Pereira, 1998: 556), situados entre os dois colégios, próximo da cerca da muralha²⁰.

Segundo as já conhecidas memórias documentais do Colégio da Purificação, prementes questões sanitárias, devassa de privacidade e perda de visibilidade, foram os argumentos usados pela Companhia de Jesus na petição que dirigiu ao Papa solicitando a autorização para a mudança das disposições do cardeal D. Henrique quanto ao local de construção do hospital. O facto de as obras ainda não terem começado quando da redacção da petição terá facilitado, segundo o mesmo documento, a anuência do pontífice. O que esta documentação omite é que também terá havido uma tentativa de efectiva integração do Colégio da Purificação no Colégio do Espírito Santo, não como uma entidade sujeita à Companhia de Jesus, como determinara o cardeal, mas transformando o novo edifício numa extensão física das instalações da universidade. A argumentação a favor desta causa apresentava seis razões principais, entre as quais se destaca, por um lado, o decréscimo de alunos devido às recentes pestes e fomes, e por outro, o benefício que a posse da nova casa traria à qualidade de vida e devoção dos religiosos residentes no Colégio do Espírito Santo, “por la mucha estrechez que tienen en la habitación, la qual no solo impide la salud mas juntamente impide la deuocion, pués habitando dos y tres religiosos en huna celda juntos de ordinário se ande impedir no solo para los exercicios de deuocion mas también el estudio, y es menos decente habitar religiosos juntos en una celda. Y siendo este collegio cabeça de toda esta uniuersidad, y de donde también nace y tanto seruicio a Dios no era mucho que de la misma uniuersidad se le concedese esto que tanto le importa”²¹. Uma proposta

¹⁹ Informa a Bula de 13 de Junho de 1579 que o Colégio da Purificação teria 50 teólogos e 50 capelães (24 artistas e 26 casuístas), ou seja, 100 estudantes, declarando que as capelanias referidas anteriormente ficavam suspensas e que os capelães deveriam celebrar as missas adscritas à igreja do Espírito Santo. O facto de os estatutos da Purificação, também de 1759, apenas referirem a existência de 50 teólogos (cf. Costa, 1968: 13), explica-se devido à discrepância de datas entre a Bula, como foi referido (vd. nota 14). De resto, documentação do século XVII aponta também para um número superior a 50 teólogos: Cf “As obrigações que tem o collegio e uniuersidade em que depende as ditas rendas sam as seguintes (...) Aos collegiais Theologos do collegio da Purificação 2500 cruzados que vem a responder 100 cruzados a cada hum; aos 50 capellaens, artistas e cazoistas 1.500 cruzados que respondem a trinta cruzados a cada hum” (*Fundação do collegio, e uniuersidade d’Euora pessoas, rendas, e obrigações* [à margem: “Informação que se deu ao colleitor por ordem de Sua Magestade em 628”]). BPE, Cod. CV-2/15, fls. 215-216. Sobre as dúvidas que permaneceram após a morte do cardeal D. Henrique acerca o número de colegiais da Purificação e sua sustentação, veja-se *Arquívum Romanum, Lusitania 80*, fls. 265 e ss.

²⁰ Conforme consta do auto de demarcação das terras do Colégio da Purificação efectuado em 23 de Novembro de 1582 pelo mestre-de-obras do referido colégio – Jerónimo de Torres –, e pelo respectivo pedreiro – Manuel de Góis. Consulte-se o original da demarcação destas terras em: BPE, Cod. CLXIX/1-30, nº1.

²¹ Cf. *Neste masso estão papeis tocantes ao sitio, obras e fabrica do collegio da purificação. Duuidas sobre o sitio do colégio da purificação resolutas por Pedro Barbosa*, BPE, Cod. CLXIX/1-30, nº2, fls. 1-3.



tão mais arrojada se se tiver em consideração que os jesuítas terão inicialmente pensado em actuar sem autorização do Papa, o que terá sido desaconselhado por Pedro Barbosa, a quem os padres solicitaram parecer jurídico sobre o assunto²². Um processo que foi instruído ocultando o verdadeiro nome dos envolvidos e das instituições em causa, o que poderá indiciar alguma insegurança da Companhia de Jesus quanto à publicidade das suas intenções²³.

O parecer negativo de Pedro Barbosa baseou-se no facto de as competências do reitor do Colégio do Espírito Santo em relação ao Colégio da Purificação e hospital se limitarem, de acordo com a bula de 1579, à administração das rendas que lhes estavam adscritas e obrigação de governar ambas as instituições, dando-lhes o necessário à sua manutenção. Em momento algum poderia mudar a localização do hospital sem autorização papal uma vez que o pontífice já tinha decidido sobre a mesma. Menos polémica lhe parecia a alteração arquitectónica, que os jesuítas também solicitavam, apesar de o cardeal ser “tão amigo de suas traças”, pois caso o mesmo fosse vivo, ele próprio a aprovaria “uendo elle as cousas in acto exercito como depois se uirão por obras e não nas traças que são cousas dependentes da imaginação, viesse na mudança do sitio do dito hospital, ianellas e officinas do moesteiro”.

É provável que a autorização pontifícia para a mudança do hospital tenha chegado com alguma rapidez a Évora uma vez que a demarcação das terras do Colégio da Purificação, datada do 1582, e transcrita por Gabriel Pereira, já alude à negociação entre a Câmara Municipal e a Companhia de Jesus para o escambo de terrenos que permitiria a construção do hospital junto à porta de Machede. Importa contudo lembrar que não foi apenas a localização geográfica do hospital que então se modificou. Ainda que a ausência de documentação não permita aferir se a Companhia de Jesus respeitou as orientações provenientes de Roma ou actuou por vontade própria, o que é um facto é que o edifício a que a tradição local denomina como *Hospital dos Estudantes* haveria de nascer reduzido a uma enfermaria, situada no andar superior do edifício, ganhando os estudantes uma prisão no piso térreo, numa partilha de espaços que se distanciava em muito do projecto inicial do cardeal D. Henrique. Demonstra-o o instrumento de acordo e composição registado em tabelião no dia 2 de Setembro de 1587, realizado entre João Lopes (pedreiro e morador em Évora) e Jerónimo Nunes, em seu nome e como procurador da sua mulher e da sua cunhada Isabel Jorge, viúva do pedreiro Manuel Fernandes, pelo qual os primeiros acordavam pagar 14 000 réis a Isabel Jorge pelos materiais e obra realizada pelo seu defunto marido, comprometendo-se a dar continuidade ao contrato anteriormente estabelecido com a Companhia

²² Idem, *Duvidas sobre o sitio do colégio da purificação resolutas por Pedro Barbosa*, fls. 4-5.

²³ Terminava o referido documento afirmando que, “por conuir não se intender quais erão estes edifícios em lugar do collegio da comp^a se diz mosteiro nouo he o collegio da purificação, e o dom Paulo he el reitor do dom Henrique”. Idem, *Ibidem*, fl. 14.

de Jesus para a construção “da infirmaria da emvocação de nossa senhora da piedade”²⁴. Refere-o também, no início de Setecentos, o padre Manuel Fialho, quando, ao descrever o edifício, relatava que “no outro canto mais direito, e por isso mais próximo ao oriente estão as cadeias da universidade; e lá dentro ha outro cárcere pera alguns casos maiores Entre estes dois cantos está a porta do hospital olhando para Nossa Senhora de Machede, e tem alpendre a porta. Dentro do edificio ha varios poços, e pode ter o sitio quantos quiserem, he mais frequentado hum que tem boa agua para beber; e porque esta no meio de huma parede offerece a sua serventia e líquidos e doces a muitas partes: ao carcereiro que mora junto ás cadeias; e ao hospital, e que os altos, e baxos do edificio. Os baxos do edificio servem de varios despejos ao collegio”²⁵.

Não é conhecido, até ao momento, o papel desempenhado pelo novo arcebispo D. Teotónio de Bragança (que tantas disputas teve com os jesuítas) em todo este processo que envolveu o Colégio da Purificação e o *Hospital dos Estudantes*. No entanto, a complexa questão das rendas alocadas a estas instituições, algumas delas provenientes da mesa arcebispal, e alguns registos dispersos de que Companhia de Jesus esteve mais interessada em aumentar o património do Colégio do Espírito Santo do que em respeitar os compromissos que a bula de Junho de 1579 lhe reconhecia, fazem supor um relacionamento tenso entre os jesuítas e as restantes autoridades que com eles partilhavam o poder na cidade e mesmo com as instituições que tutelava, a estas sonegando-lhes o devido apoio económico. É o que se conclui, por exemplo, em relação ao Colégio da Purificação. Na missiva do padre Manuel do Vale, de 1611, respondendo à solicitação dos colegiais para que a universidade reparasse a “fábrica” do colégio, o jesuíta fazia questão de circunstanciadamente lhes demonstrar que à “conta do conto” que o Colégio do Espírito Santo recebera por ordem do cardeal²⁶, as suas responsabilidades se limitavam à manutenção do património edificado. Se os bens imóveis da Purificação necessitavam de reparações, os colegiais que assumissem semelhante encargo²⁷. Vão na mesma linha os registos relativos ao *Hospital dos Estudantes*, mesmo na reduzida versão de “enfermaria real”, sob invocação de Nossa Senhora da Piedade²⁸. Também aí o investimento do Colégio do Espírito Santo era mínimo, o que fazia com que os estudantes enfermos não fossem curados “com a charidade nem com a limpeza

²⁴ ADE, *Fundo de notariais de Évora*, livro nº 294, fls. 99v-102v. Escritura lavrada em Évora, no Colégio do Espírito Santo em 2 de Setembro de 1587.

²⁵ Fialho, *Évora Ilustrada*, 3º Vol., 4ª parte, cap. 122. BPE, Cod. CXXX/1-10, fls. 576v-577v.

²⁶ À margem foi registado o seguinte: “Pro rata do que lhe cabe do conto ante omnia foi deputado para as obras do collegio da purificação”. Neste masso estão papeis tocantes ao sitio, obras e fabrica do collegio da purificação. BPE, Cod. CLXIX/1-30, nº2, fl. 13.

²⁷ Idem, *Ibidem*, fls. 13-14.

²⁸ Assumindo que já recebia estudantes no início do século XVII. Recorde-se que até finais de Quinhentos a presença de estudantes no Hospital do Espírito Santo assume algum relevo tornando-se residual a partir dos anos 20 do século XVII.



que se requiere”. A denúncia partia do Geral Mutio Vitelleschi, em carta dirigida ao Padre Provincial Diogo Monteiro em 1632, durante as primeiras décadas do edifício, portanto, acusando o Colégio do Espírito Santo de guardar para si os sobejos das rendas que deveria canalizar para a enfermaria e ordenando a Diogo Monteiro que a visitasse e provesse de tudo o que considerasse necessário ao seu funcionamento²⁹. Testemunhos que desmentem o desafio económico que a literatura atribui a esta instituição (Velo, 1949:67-76)³⁰, e que de certa forma o padre Manuel Fialho corrobora quando descreve o abandono em que se encontrava a enfermaria, onde os colegiais se recusavam serem tratados e mesmo os estudantes pobres evitavam. É verdade que se desconhece o tipo de cuidados de saúde prestados na Enfermaria de Nossa Senhora da Piedade ou mesmo se desenvolvia algum tipo de cooperação com o Hospital do Espírito Santo para prestação de serviços de saúde. O rol dos privilegiados da Universidade de Évora, provavelmente de 1628, menciona a existência de um sangrador, médicos e cirurgião alocados à enfermaria real³¹, o que remete para a existência dos recursos profissionais que eram os comuns ao tempo nos hospitais de média dimensão. A questão está em saber se aqueles exerciam de facto na enfermaria dos estudantes ou se preferiam a prática privada, cuja existência está documentada em Évora.

O Hospital dos Estudantes em diferentes escalas de análise

Quando analisado numa perspectiva de conjunto, ou melhor, tendo em conta as transformações porque passavam a oferta e distribuição dos recursos formais de caridade e assistência desde os finais do século XV, a questão do *hospital dos estudantes* vale por aquilo que representou: a criação de uma identidade própria a um grupo específico, permitindo-lhe um acesso privilegiado aos recursos de saúde existentes. Ao afastá-los do Hospital do Espírito Santo, um hospital que, como a generalidade dos hospitais civis modernos servia os pobres – independentemente da plasticidade do conceito e dos diferentes usos sociais que podia ter –, as autoridades quiseram legitimar uma certa forma de diferenciação social, o que, no caso concreto dos estudantes, e ao que se sabe, ocorria pela primeira vez em Portugal. Assim, e à semelhança das demais instituições assistenciais que foram fundadas em Évora durante o período moderno, especialmente entre 1562, quando foi criado o Recolhimento de Santa Marta, e 1648, quando se estabeleceu o Colégio dos Órfãos, o *hospital dos*

²⁹ BPE, *Resumo de cartas do Geral Mutio Vitelleschi ao Provincial Diogo Monteiro*. Carta datada de 5 de Outubro de 1632. BPE Cod. CIX/2-13.

³⁰ Repetindo Manuel Fialho, cf. BPE, Cod. CLXIX/1-30, nº 1.

³¹ Cf. *Rol dos privilegiados da universidade de Évora* [rol não datado mas seguramente letra do séc. XVII (provavelmente de 1628, quando da visita do coleitor à Universidade)]. BPE, CV-2/15. Dada a escassez de recursos médicos academicamente formados, afigura-se-nos pouco provável que a universidade mantivesse uma outra enfermaria para além da Enfermaria Real.

estudantes deve ser enquadrado no processo histórico de institucionalização das práticas caritativas e assistenciais que teve lugar no contexto pós-tridentino, individualizadas de acordo com os diferentes segmentos da população, tendentes a reformar e estabilizar a sociedade, inculcar valores e princípios morais.

Quando o *hospital dos estudantes* é integrado numa perspectiva mais dinâmica e plural a sua transformação em simples enfermaria, com prisão agregada, e os possíveis interesses economicistas dos protagonistas em causa depois da morte do cardeal-rei, com consequente degradação das instalações e recusa dos estudantes em as utilizar, perdem, pois, relevo analítico sobrepondo-se-lhe as lógicas das coevas políticas sociais e os objectivos perseguidos pelos seus autores. O que no caso de Évora nos remete de imediato para a notória interacção e continuidade da intervenção social que se verifica entre o cardeal, arcebispo e rei D. Henrique, e o seu sucessor, o arcebispo D. Teotónio de Bragança: os dois grandes mentores e construtores do sistema de apoio institucional erigido em Évora, porventura um dos melhor estruturados e socialmente mais abrangente que houve no Portugal Moderno.

Obviamente que há que estabelecer diferenças entre ambos os antístites. E não apenas de formação e de perspectivas sobre assuntos idênticos, mas sobretudo porque não é fácil distinguir a actuação do cardeal D. Henrique enquanto prelado e governante. Todavia, e essa será porventura uma das mais-valias dos micro-estudos, quando analisada comparativamente a acção destes dois homens no contexto restrito de uma cidade, rapidamente nos apercebemos que a intervenção do cardeal a extravasa, obrigando-nos a integrá-la numa escala mais alargada, de âmbito nacional. O mesmo é dizer, que apesar da importância do *hospital dos estudantes* e do que representou em termos de novas concepções sociais, culturais e religiosas, a relevância do cardeal D. Henrique, no que toca às questões da caridade, assistência e saúde pública, avalia-se por um conjunto de outras medidas³², naturalmente sem menorizar o seu carácter humanitário, que tiveram como objectivo uniformizar práticas e procedimentos e como resultado directo o reforço da autoridade da Coroa sobre as questões assistenciais. Não sendo este o lugar para as descrever, até porque já há bibliografia sobre o assunto, recorde-se apenas o seu papel na transferência sistemática dos hospitais para as misericórdias, na pressão que exerceu sobre as comunidades para cuidarem das crianças enjeitadas (Abreu, 2008a: 31-49)³³, na centralização da gestão das medidas de controlo e combate às epidemias, e, na criação e implementação de uma rede de profissionais de saúde, formados na Universidade de Coimbra com bolsas de estudo custeadas através da taxa compulsiva de mais de setenta municípios. Um tributo-a que a edilidade eborense escapou, como de resto a de Lisboa, Coimbra e Porto, por

³² Sem obviamente esquecer a criação do Celeiro do Trigo de Évora, o primeiro existente em Portugal, matriz de todos os outros criados para apoio dos camponeses em dificuldades económicas.

³³ Cumprindo uma directiva manuelina, e que em Évora daria azo a uma acesa controvérsia entre a câmara, a misericórdia e a Coroa.

serem centros com múltiplos recursos, onde menos se sentia a falta de médios, cirurgiões e boticários, mesmo para serviço gratuito dos mais pobres, que era o destino privilegiado destes que agora se formavam. Se se tiver em atenção que os beneficiários daquelas bolsas eram estudantes pobres – preferencialmente provenientes dos municípios que tivessem participado os seus estudos (Abreu, 2008b: 1451-1466) –, não se pode deixar de estabelecer um paralelo com o investimento *causa studii* que estava em marcha³⁴ – em Évora mas também em Braga, Coimbra e Lisboa, como demonstra Avelino da Costa –, de certa forma complementando-o (Costa, 1968: 3-19), (Polónia, 1993: 137-175), (Idem, 1999)³⁵.

Noutro sentido, é a D. Teotónio de Bragança que se deve o fortalecimento do papel social da Igreja em Évora, quer em termos de intervenções institucionais, quer de reconfiguração de poderes jurisdicionais sobre o campo da caridade e da assistência, no sentido de uma maior presença episcopal na área, bem como o traçado de novos conceitos de vulnerabilidade de acordo com a ideologia do Concílio de Trento e os princípios que então se impunham. Por exemplo, em relação à questão da disciplina social: um assunto só marginalmente encontrado na documentação do cardeal D. Henrique, mas recorrente no discurso e na prática assistencial de D. Teotónio de Bragança. Demonstra-o a legislação que discriminava, condenava e punia os pedintes e os vagabundos, mas também as instituições que fundou, ou deixou planeadas, para reformar os mendigos ociosos e as mulheres “pecadoras”, ou proteger e educar as raparigas de ascendência social superior, cujas famílias não dispunham de meios económicos para promover os seus casamentos ou fazê-las ingressar na vida monástica. Finalmente, quando a análise abandona o espaço local e procura outra escala de análise, verifica-se que D. Teotónio de Bragança, em termos de assistência institucionalizada, interveio no sentido de levar a Igreja até áreas que, em Évora como na maior parte de país, não estavam abrangidas pelas autoridades civis, fixando aqui teóricas esferas de influência, cuja porosidade em termos de efectivo exercício de autoridade ajudará a explicar a ausência de conflitos entre a Coroa e o Arcebispado a propósito do governo destas instituições³⁶.

Em suma, não nos parece despropositado concluir que enquanto o cardeal D. Henrique aplicou em Évora políticas sociais que tinham sido desenhadas numa escala nacional (excluindo o caso dos estudantes), D. Teotónio experimentou aqui soluções que depois seriam seguidas como padrão de referência em outras zonas do país.

³⁴ Para usar a terminologia de António Franco. Cf. António Franco, *Evora Illustrada Extraída da obra do mesmo nome do Pe Manuel Fialho*. Publ., prefácio e índices de Armando Gusmão, Évora: Ed. Nazareth, 1945, p. 267, a partir de BPE, Cod. CIX/2-11, nº 6, *Rendas que se tiraram ou sahirão da Exma. Mitra, Fabrica e Cabido Eborensis no seculo XVI causa studii*.

³⁵ É também nesse sentido que interpretamos o que Amélia Polónia designa por “assistência colectiva”, consubstanciado num generoso programa de financiamento, ainda que com eficiência variada, quer de estruturas, quer de estudantes, neste caso através de um sistema de bolsas de estudo destinadas a estudantes pobres, leigos e eclesiásticos. Cf. Polónia, 1999.

³⁶ Resumimos de Abreu, 2010: 77-91.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Laurinda (2010): "Defining the poor: between the crown orientation and the local actions (Évora, 16th-17th centuries)". In: Patrice/John Chircop (Orgs.). *Vulnerabilities, Social Inequalities, and Health perspective* Lisboa: CIDEHUS/Colibri, 77-91.
- _____, (2008a): "As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI". In: Maria Marta Lobo de Aratijo, Fátima Moura Ferreira (Orgs.). *A Infância no Universo assistencial da península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 31-49.
- _____, (2008b): "Políticas de caridade e assistência na construção do Estado Moderno: a especificidade portuguesa no contexto Ibérico", *Actas do Congreso Internacional Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. Arte, música, espiritualidad y literatura. vol. II. Universidad Autónoma de Madrid: Ed. Poligemo, 1451-1466.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. (2004): "A protecção dos Arcebispos de Braga à Misericórdia de Viana de Foz de Lima (1527-1615)". In: Laurinda Abreu (Ed). *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*. Évora: CIDEHUS-UÉ/Colibri 239-259.
- COSTA, P. Avelino de Jesus da (1968): "Estatutos do Colégio da Purificação, de Évora", *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IV Centenário da Universidade de Évora*. Universidade de Évora, 3-74.
- GUSMÃO, Armando de (1969): *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Parte II – Tomo I. Évora: s.n..
- LAVAJO, Joaquim Chorão (1994/1995): "O Humanitarismo da Universidade Henriquina de Évora", *A Cidade de Évora (Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora)*, II série, nº1, 237-238.
- PAIVA, José Pedro (2004): "O Episcopado e a assistência em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)". In: Laurinda Abreu (Ed). *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*. Évora: CIDEHUS-UÉ/Colibri, 167-196.
- PARDAL, Rute (2007): *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina, estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*. Évora: CIDEHUS-UÉ/Colibri.
- POLÓNIA, Amélia (1993): "Formação académica e vida quotidiana dos estudantes da Universidade de Évora nos primórdios da sua fundação. Uma leitura contextual", *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto, II Série, Vol. X, 137-175.
- _____, (1999): *O Cardeal Infante D. Henrique Arcebispo de Évora. Um prelado no limiar da viragem tridentina*. [Dissertação Policopiada]. Porto.
- _____, (2004): "A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique. Linhas de um modelo de intervenção pastoral. In: Laurinda Abreu (Ed). *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (Séculos XVI-XVIII)*. Évora: CIDEHUS-UÉ/Colibri, 135-154.
- RODRIGUES, Francisco (1931): *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo II, Vol. Porto: s.n..
- VELOSO, José Maria de Queirós (1949): *A Universidade de Évora, elementos para a sua História*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.